

Anos dourados, a nostalgia do velho cruzeiro

Coriolano Gatto

Os brasileiros que foram às urnas pela última vez tinham muito mais dinheiro no bolso e nas suas contas correntes. Nos *anos dourados*, a inflação era inferior aos 5% ao mês e não havia muitas razões para fazer complicadas operações financeiras com vistas a proteger — no caso os cruzeiros — da alta do custo de vida. Naquela época, era comum guardar dinheiro debaixo do colchão.

A Lei da Usura, de 1933, engavetada pelos governos militares, e que fixava a taxa de juros nominais em 12% ao ano — a atual Constituição determina como teto 12% acima da inflação —, inibia grandes transações financeiras. Os investimentos mais usuais eram as letras de câmbio e a caderneta de poupança — bem diferente da que existe hoje — e que na média davam juros de 6% ao ano, inferior, portanto, à inflação, que chegou a 30,5% em 1960.

Concentração — As contas correntes eram remuneradas até o início da década — e aí vai uma coincidência com a realidade atual —, mas a taxa era considerada ridícula: em torno dos 4% ao ano, segundo Denio Nogueira, primeiro presidente do Banco Central, instituição criada pelo presidente Castelo Branco em fins de 1964, ocupando o lugar da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

Em 1960, existiam 323 bancos privados nacionais e um total de 3.990 agências, de acordo com um levantamento do sociólogo Ary Cesar Minella. Vinte anos depois, a concentração aumentou bastante — o número de bancos privados caiu para 67 e as agências praticamente pularam para 7.285.

Um bom termômetro para medir os investimentos naquela época reside na quantidade de moeda e dos títulos que